

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - PMPI

PMPI

SÃO BENTO DO TOCANTINS - TO

2022 - 2032

Documento elaborado de modo intersetorial, o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) é um conjunto de compromissos assumidos pela Prefeitura de SÃO BENTO DO TOCANTINS - TO, Comprida com as crianças do Município para ampliar e garantir os direitos na primeira infância.



GOVERNO MUNICIPAL DE
SÃO BENTO
DO TOCANTINS
Mais Trabalho, Novas Conquistas.
— GESTÃO: 2021/2024 —

*Paulo Wanderson
de Sousa Damasceno*
Prefeito

*Claudinez da Silva
Tavares Santos*
Vice-Prefeito



GOVERNO MUNICIPAL DE
SÃO BENTO
DO TOCANTINS
Mais Trabalho, Novas Conquistas.
— GESTÃO: 2021/2024 —

Secretariado

Weslainay dos Santos Rodrigues
Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Kaline Ferreira Damasceno
Secretaria Municipal de Saúde - SEMED

Francileia Bezerra da Conceição Lima
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Odilon Barbosa Arruda Júnior
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Jhon Erles Rodrigues de Carvalho
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Turismo e Lazer - SEMA

Neuton Francisco Fonseca
Secretaria Municipal de Esporte e Juventude - SEJU

Equipe Técnica de Elaboração

Gercivan Almeida de Oliveira

Fabíola Martins Meneses

Andressa Milhomem

Comitê Gestor Intersectorial para a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância

Gercivan Almeida de Oliveira
Francileia Bezerra da Conceição Lima

SMAS

Fabíola Martins Meneses
Weslainay dos Santos Rodrigues

SEMED

Luanna Pinheiro de Andrade
Coordenadora

Janaina Passos Sousa
Coordenadora técnica

Joélia Rodrigues Lima
Nutricionista

Marlene Coelho de Sousa
Coordenadora do Bolsa Família

Sônia Maria Alves da Silva
Coordenadora

João Paulo Araújo Rodrigues Júnior
coordenador do CAE.

Maria da Guia Pereira Leal
Psicóloga

Kaline Ferreira Damasceno
Andressa Milhomem
SEMED

Dalila Gomes da Silva
Técnica

Janaina de Almeida Ferreira

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

"Ser criança, é ter liberdade para viver a infância com qualidade. Ser criança, é ter direito à moradia adequada, à alimentação saudável e a uma boa educação. Ser criança, é poder ser amado, protegido e feliz. Simples assim."

Isa Colli

SUMÁRIO

10	-----	Apresentação
12	-----	Introdução
16	-----	Caracterização do Município
21	-----	Importância da Primeira Infância
24	-----	Princípios e Diretrizes
27	-----	Projetos, Programas e Ações
32	-----	Eixos estratégicos
33	-----	Eixo 1: Assistência Social e a criança
39	-----	Eixo 2: Cidade, meio ambiente e a criança
42	-----	Eixo 3: Cultura, esporte e lazer e a criança
44	-----	Eixo 4: Educação Infantil e a criança
49	-----	Eixo 5: Saúde e a criança
56	-----	Monitoramento e avaliação
59	-----	Referências bibliográficas



GOVERNO MUNICIPAL DE
SÃO BENTO
DO TOCANTINS
Mais Trabalho, Novas Conquistas.
— GESTÃO: 2021/2024 —

**PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA
PMPI**

APRE SEN TAÇÃO

- Mensagem do Prefeito Municipal
- 1 - Apresentação

“O Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI, 2010) afirma sabiamente que “a infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdos próprios. (...) Por isso, não olhamos para as crianças na perspectiva do adulto que desejamos que sejam, mas como cidadãos, sujeitos de direitos, enquanto crianças. Entendê-la como pessoa em desenvolvimento implica conferir plenitude ao momento da infância por ela ter sentido em si mesma (...).”

Essas são palavras que nos motivaram a seguir em frente na busca da garantia de direitos para as nossas crianças. O PMPI é um instrumento que norteará as ações futuras para o Pleno Desenvolvimento da Primeira Infância de nossa Arapiraca, fase mais importante e essencial da vida humana.

Paulo Wanderson

Prefeito Municipal

1. Apresentação

O Plano Municipal pela Primeira Infância de São Bento do Tocantins é um documento que estabelece Diretrizes Gerais, Eixos Prioritários, Metas e Estratégias para o município a curto, médio e longo prazo, buscando a promoção dos direitos das crianças proclamados pela Constituição federal, Estatuto da Criança e Adolescente e Plano Nacional pela Primeira Infância, com base nas leis setoriais da Educação, da Saúde, da Assistência, da Cultura, dos direitos da Criança e do adolescente, da Convivência familiar e comunitária, com vigência até 2032.

Este documento, além de buscar garantir os direitos essenciais preconizados pela legislação nacional, visa também contribuir com o alcance dos compromissos internacionais dos quais o país é signatário, expressos pelos documentos: A Convenção dos Direitos da Criança e Os Objetivos do Milênio, a partir da articulação com os planos municipais de Educação, Saúde e Assistência.

O PMPI de São Bento do Tocantins - TO apresenta 5 Eixos prioritários. Em cada eixo há uma breve contextualização tendo em vista as ações finalísticas do PNPI e dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Eixos Prioritários:

Eixo 1: Assistência Social e a criança

Eixo 2: Cidade, meio ambiente e a criança

Eixo 3: Cultura, esporte e lazer e a criança

Eixo 4: Educação Infantil e a criança

Eixo 5: Saúde e a criança

Por fim, saudamos o envolvimento, compromisso e atuação dos membros do Comitê Gestor Intersetorial para a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, assim como das equipes técnicas e, principalmente, da gestora municipal, que sempre enxergou a Primeira Infância como prioridade na cidade.

Comitê Gestor Intersetorial para a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância.



2 INTRO DUÇÃO

2 - Introdução

2.1- Caracterização do Município

2. Introdução

O Plano Municipal Pela Primeira Infância de São Bento do Tocantins, é um instrumento legal que, além de sistematizar as ações e planejar esse processo de implementação pelo período de 2022 a 2032, estruturado em dois fundamentos principais: o Diagnóstico Situacional da Primeira Infância onde são indicadas as diversas situações vivenciadas pelas crianças de zero a seis anos, nas diferentes áreas, a partir dos dados coletados em fontes secundárias e primárias, e o Quadro Operativo, onde são apresentadas as principais ações a serem implementadas pelo poder público no período de 10 anos, distribuídas em cinco eixos estratégicos. O quadro operativo está organizado nos seguintes componentes: objetivos, ações, metas, indicadores, prazos, orçamento, executores e os responsáveis. A opção pela utilização do quadro operativo como ferramenta se deve ao entendimento de que sua configuração engloba um conjunto de componentes que facilita o processo de execução, monitoramento e avaliação do plano.

Tem como base os seguintes parâmetros legais e estratégicos: Constituição Federativa do Brasil de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente, Marco Legal da Primeira Infância, planos municipais de Educação, de Saúde e de Assistência Social e Plano Nacional pela Primeira Infância.

Estão consideradas no Plano Municipal pela Primeira Infância a proteção integral de bebês e crianças, a condição de sujeitos de direitos, a prioridade absoluta e a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, somadas à necessidade da prática da intersetorialidade para otimizar e potencializar a efetiva execução do PMPI nos dez anos de sua vigência.

No processo de elaboração do PMPI, o município definiu algumas premissas importantes, que orientaram todas as fases da construção do plano e contribuíram para que ele possa ser reconhecido como um plano participativo, exequível e que estabelece o compromisso da gestão municipal com a primeira infância.

- A) Considerar a primeira infância como prioridade absoluta e materializar essa compreensão em ações concretas, em políticas públicas;
- B) Incluir as crianças no processo de elaboração do plano, respeitando as faixas etárias e especificidades (escuta das crianças);
- C) Realizar um diagnóstico da situação da primeira infância no município, entendendo o conhecimento da realidade como um elemento fundamental para o planejamento de ações necessárias, prioritárias e exequíveis;
- D) Entender que o planejamento de ações deve estar associado à questão orçamentária, posto que, sem isso, sua execução pode ser comprometida ou inviabilizada; 3
- E) Compreender que as ações e recursos previstos no plano devem ser incorporados nos planejamentos programáticos e orçamentários das secretarias municipais, caso contrário, sua execução será inviável;
- F) Garantir um processo participativo, que promova o envolvimento de vários atores e sujeitos governamentais e não governamentais;
- G) Organizar um processo de monitoramento geral da execução do plano, que incorpore ações de monitoramento do Conselho de Direitos, dos conselhos setoriais, da sociedade civil e, principalmente, das secretarias executoras das ações e das crianças.

O Plano de Metas e Estratégias do PMPI/São Bento do Tocantins - TO, está alinhado, em termos temporais e de conteúdo, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados em acordo internacional promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em agosto de 2015, do qual o Brasil é signatário. Essa conformidade demonstra o compromisso de São Bento do Tocantins - TO com a sustentabilidade global. Por consequência, os eixos estratégicos e as metas do PMPI/São Bento do Tocantins - TO visam o ano de 2032 - assim como os ODS - e sua formulação incorporou - sempre que possível e levando em consideração a realidade da cidade, todas as referências à infância presentes no conjunto dos 17 ODS, listados a seguir:



1. Erradicação da pobreza Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.



2. Fome zero e agricultura sustentável Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



3. Saúde e bem-estar Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.



4. Educação de qualidade Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.



5. Igualdade de gênero Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



6. Água potável e saneamento Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.



7. Energia limpa e acessível Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.



8. Trabalho decente e crescimento econômico Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.



9. Indústria, inovação e infraestrutura Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.



10. Redução das desigualdades Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



11. Cidades e comunidades sustentáveis Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES 15.



12. Consumo e produção responsáveis Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



13. Ação contra a mudança global do clima Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



14. Vida na água Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



15. Vida terrestre Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.



16. Paz, justiça e instituições eficazes Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



17. Parcerias e meios de implementação Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Outra diretriz que embasa o PMPI/São Bento do Tocantins diz respeito à priorização das crianças em situação de vulnerabilidade e está fixada na legislação nacional (Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/16 - art. 14, § 2º).

"As famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social e nos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação da criança na primeira infância, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, terão prioridade nas políticas sociais públicas."

2.1- Caracterização do Município

História

A cidade de São Bento do Tocantins foi fundada em 1934, sob a denominação de Lagoa de São Bento (devido a uma lagoa que havia na região), pelo seu primeiro morador, Pedro Ramos, também conhecido como Pedro Paca, apelido recebido por ser um bom caçador de pacas.

Andando pela região em busca de um local adequado para morar, Pedro Ramos, encontrou em São Bento um solo fértil, excelente para o plantio de legumes e grandes quantidades de riquezas naturais como é o caso do coco babaçu e muita madeira nativa de alto valor comercial. São árvores que dificilmente encontramos na atualidade como o mogno, ipê, aroeira, umbaúba, bacubari entre outras.

Pedro Ramos se alojou nas proximidades do córrego das pacas, hoje conhecido como "grotona". Neste local ele construiu sua casa, sendo a primeira do município.

Mais tarde com a migração de vários outros aventureiros, o local estava se desenvolvendo vagarosamente, começando o cultivo da mandioca, extraíndo benefícios do coco babaçu e da caça.

Em 02 de fevereiro de 1996, foi elevada a condição de Distrito Judiciário da Comarca de Araguatins, criado pela Lei Estadual 251/89, de 10 de fevereiro de 1989. Sendo nomeado o primeiro subprefeito, pelo então gestor de Araguatins, Atanázio de Moura Seixas, e, nesta mesma época foi instalado o primeiro cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. O subprefeito nomeado, Nanor de Costa Pareão, era funcionário da antiga CEM (Campanha de Erradicação da Malária), e que depois de sua nomeação passou a residir definitivamente no município. Tomando pra si esta causa, Nanor Pareão, não mudou de São Bento após deixar o cargo. Continuou prestando serviços de saúde ao povo, ganhando a confiança de todos.

No dia 1º de janeiro de 1993, São Bento foi elevada a categoria de cidade, sendo desmembrada do município de Araguatins, tendo sido eleito seu primeiro prefeito pelo voto democrático, Oscar Milhomem. Este governou de 1996 à 2000, perdendo o próximo pleito para o jovem Ronaldo Parente, 23 anos na época. Sendo prefeito por dois mandatos consecutivos e deixando contribuições significativas para o município.

Em 1959 foi fundada a primeira capela de São Bento em honra a Bom Jesus da Lapa (Padroeiro da cidade), pelo Padre Vitório Brisaterra juntamente com a comunidade local.

A partir daí começou-se festejar, durante todos os anos, no período de 25 de julho a 06 de agosto, a festa em Honra a Bom Jesus da Lapa. No ano de 2008 comemorou-se a 50º festa do padroeiro.

O município, ao longo dos anos, atraiu muitas famílias vindas da região nordeste e, sobretudo, do estado do Maranhão.

Breve Histórico

Com o acentuado desenvolvimento da região, os prefeitos de Tocantinópolis e Araguatins, em parceria, abriram a primeira estrada de rodagens ligando estas duas cidades e passando pelo povoado de Lagoa de São Bento. Em 1965, Albino Rodrigues começou a fazer o transporte de pessoas com seu veículo Toyota Bandeirante, sendo pioneiro no ramo.

Em 1972 com a abertura da rodovia Transamazônica pelo presidente Gal. Emílio Ganastazu Médici, no período da ditadura militar, o povoado de Lagoa de São Bento começou a se desenvolver e a pecuária passou a ser o carro forte da região.

Nesta época, as condições de moradia no município eram precárias, principalmente, na zona rural, sendo em sua grande maioria, construída de taipa e palha de babaçu. Esta realidade só começou a mudar na gestão do prefeito Ronaldo Parente (1997 - 2000) e implementada em seu segundo mandato (2000 - 2004). Praticamente, ficaram extintas as casas de palha e taipa no município. Se no início de 1997 se contavam as casas construídas a tijolos e cobertas com telhas, no fim de 2004, contavam-se as que ainda restavam sem que fossem construídas. Este foi o prefeito que mudou a cara de São Bento.

Em 1976, João de Deus Miranda, foi eleito Prefeito de Araguatins. Nesta gestão o distrito de Lagoa de São Bento foi contemplado com algumas obras como, em 24 de julho de 1981 inaugurou o prédio da subprefeitura (atual prefeitura), a construção da pista de pouso (avenida aeroporto) dentre outras benfeitorias.

Em 1982, na gestão do governador de Goiás, Ary Valadão, foi construído o Colégio Estadual Irmãos Filgueiras, nome dado em homenagem aos primeiros professores de São Bento. Nesta época foi instituído o ensino fundamental (de 1ª a 8ª série) sendo nomeado para diretor o professor João Paulo Carneiro Rodrigues.

O Distrito de Lagoa de São Bento foi elevado a categoria de cidade, com o nome de São Bento do Tocantins, pela lei estadual nº. 251/89 e sancionada pelo governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, no seu primeiro mandato. Em 1º de janeiro de 1993 tomou posse o primeiro prefeito, Oscar Milhomem Fonseca, e os 9 vereadores compondo o poder legislativo, representado pelo presidente João Queiroz Neto (PMDB).

fonte: Site do Município
<https://saobentodotocantins.to.gov.br/conteudo/historico>



Anos 80

Fotos Históricas do Município de São bento do Tocantins-TO

Arquivos:
 Ronald Corrêia da Silva
 Ex. Prefeito de Araguatins- TO

fonte: Site do Município

Localização

O município de São Bento do Tocantins tem uma área de 1.099,580km²[2021], representando 0.3983% do Estado, 0.0287% da Região e 0.013% de todo o território brasileiro, estabelecendo limites com Itaguatins e Maurilândia ao norte, Ananás e Cachoerinha ao sul, Cachoerinha ao leste e Araguatins ao oeste.

Seu IDH é de 0.612 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

Aspectos Físicos e Geográficos

Ano de Instalação: 1993

Microrregião: Bico do Papagaio

Mesorregião: Ocidental do Tocantins

Área: 1.099,580km²[2021]

Altitude da Sede: 230 m

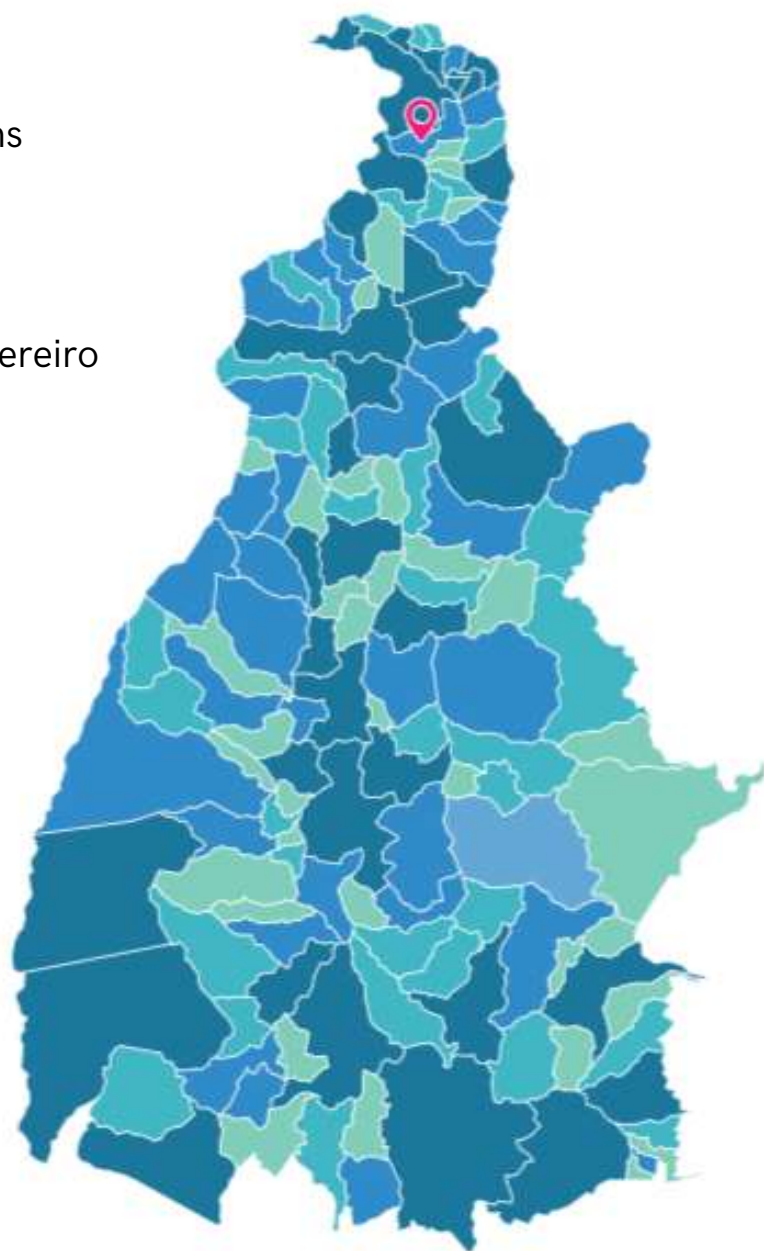
Distância da Capital: 473.4356 Km

Localização: região extremo norte

Aniversário do município: 10 de fevereiro

População: 5.457pessoas [2021]

fonte: (IBGE)



Legenda

até 730,163 km²

até 1.365,431 km²

até 2.341,919 km²

mais que 2.341,919 km²

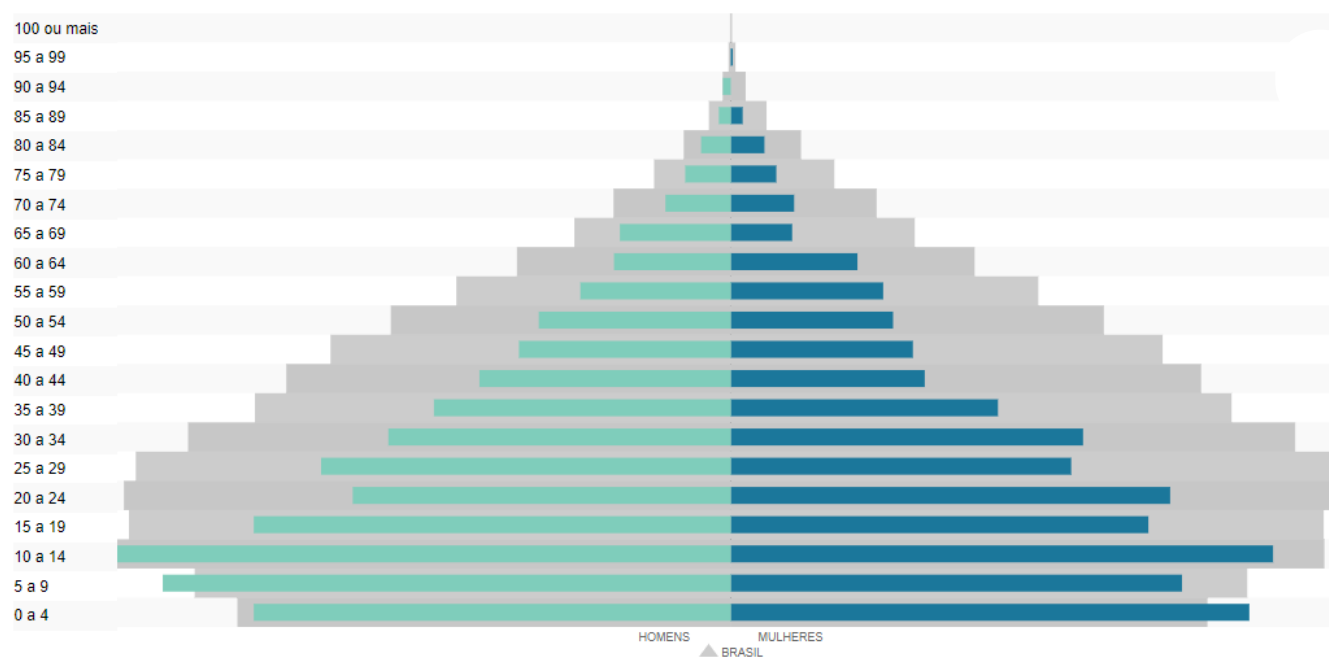
Turismo

Localizada na microrregião do Bico do Papagaio, norte tocaninense, São Bento do Tocantins é um município jovem, tendo sido emancipado em 1993, e tem uma população de 5.457 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2021, sua extensão territorial é de, aproximadamente, 1.100 km², e se destaca pelo seu crescimento e desenvolvimento contínuo. A cidade é conhecida, principalmente, por seus balneários, atrativos naturais de grande riqueza, bastante visitados pela população local e por turistas. Os principais atrativos turísticos do município são o Balneário São Bento (Bairro São Francisco), a Cachoeira das Lajes no Rio São Martinho, a Cachoeira do Xanxa e a Cachoeira da Borracha.

O município é caracterizado por albergar uma diversa gama de cachoeiras e balneários, o que se tornou a marca de São Bento do Tocantins. Em decorrência desses atrativos, o município exerce o turismo de sol e praia e o ecoturismo, atraindo cada vez mais um número significativo de turistas e aventureiros para que possam vislumbrar suas belezas naturais. São Bento é um município novo e com grande potencial turístico, que, trabalhado de modo estratégico, poderá ser referência na região.

fonte: (Planejamento Turístico de São Bento do Tocantins)

Pirâmide Etária - 2010



População residente por religião (Unidade: pessoas)

Católica apostólica romana

Evangélica

Espírita

fonte: (IBGE)



IMPOR TÂNCIA DA PRIMEI RA INFÂN CIA

- 3 - Importância da Primeira Infância
- 3.1 - Princípios e Diretrizes
- 3.2 - Projetos, Programas e Ações
- 3.3 - Atividades Trabalhadas com as crianças para o PMPI

3. Importância da Primeira Infância

Primeira Infância é o nome dado aos primeiros anos de vida de um ser humano, que são marcados por intensos processos de desenvolvimento. É um momento determinante para a capacidade cognitiva e sociabilidade do indivíduo, pois o cérebro absorve todas as informações e as respostas são rápidas e duradouras. Segundo especialistas, bebês e crianças nesta faixa etária precisam de oportunidades e estímulos para que possam desenvolver cada uma das suas aptidões. É uma fase em que as crianças têm aspectos inatos ao seu processo de crescimento, entretanto precisam ser estimuladas para que se desenvolvam adequadamente e de forma saudável.

A primeira infância constitui um período decisivo para a formação de adolescentes e adultos saudáveis, sendo seu cuidado um fator chave reconhecido na erradicação da pobreza e das iniquidades. Os seis primeiros anos de vida são de grande dinamismo, representando o período no qual a criança desenvolve a maior parte de seus circuitos cerebrais.

Estudos demonstram que é durante a primeira infância que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. No primeiro ano de vida, o cérebro de um bebê realiza aproximadamente 15 mil conexões neuronais. Até os 3 anos, cerca de 100 bilhões de células cerebrais desenvolvem 1 quatrilhão de ligações. O número é o dobro das conexões de um adulto. Aos quatro anos, estima-se que a criança tenha atingido metade do seu potencial intelectual. Aos seis anos, o número de conexões entre seus neurônios vai para a casa dos trilhões. Estes dados revelam um imenso movimento das sinapses e, conseqüentemente, do desenvolvimento cerebral durante a infância, como esclarece o pediatra Eduardo Vaz, presidente em exercício da Sociedade Brasileira de Pediatria.



imagem: (SEMED)

Conforme o neuropediatra do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Sérgio Antonio Antoniuk, também professor do Departamento de Pediatria da mesma universidade, é devido a essa alta do desenvolvimento cerebral durante a primeira infância que a criança precisa ser estimulada, para que a aprendizagem seja favorecida. "Todas as crianças deveriam receber estimulação em casa e, se isso não for possível, é importante que ela frequente creches, com crianças da mesma idade. Ela precisa de estímulos visuais, auditivos, motores, porque não vai aprender tudo sozinha."

Em outra direção, é possível perceber a importância da primeira infância a partir de diversas áreas do conhecimento, tais como a neurociência e a pedagogia, além de áreas que se dedicam aos estudos em torno do desenvolvimento da sociedade:

*A **neurociência** demonstra a influência dos primeiros anos sobre o resto da vida. A maior parte do desenvolvimento do cérebro acontece antes que a criança atinja três anos de idade. As células cerebrais proliferam e os padrões de uma vida inteira são estabelecidos. Desenvolvem habilidades de pensar, falar e aprender – alicerces para seus valores e comportamentos sociais quando adultos. Investir neste segmento é proteção, promoção, prevenção.*

*A **pedagogia** revela conclusões como: "crianças que frequentam espaços de educação infantil até três anos de idade têm 32% a mais de chance de concluir o ensino médio". Além disso, segundo James Heckman, Prêmio Nobel de Economia em 2000, tentar sedimentar no adolescente o conhecimento que a ele deveria ter sido apresentado nos primeiros anos de vida é menos eficiente e algo em torno de 60% mais caro. Quanto mais cedo vivências positivas forem proporcionadas, mais saudável será o desenvolvimento humano.*

*Em relação ao desenvolvimento **social**, as intervenções nos primeiros anos de vida ajudam a reduzir as disparidades sociais e econômicas e as desigualdades de gênero que dividem a sociedade, possibilitando a promoção da inclusão social e a equidade. No campo **econômico**, conclui-se que o atendimento adequado durante a primeira infância possibilita maior produtividade e melhor padrão de vida na fase adulta, além de economia com despesas ligadas a doenças, reabilitação e repetência escolar. Além disso, estudos constataram que a cada dólar investido em políticas públicas para primeira infância, sete dólares são economizados.*

Portanto, garantir os direitos de todas as crianças da primeira infância é promover não somente um futuro melhor para a sociedade, mas efetivamente possibilitar que, no presente, bebês e crianças vivam com dignidade, liberdade, amor e proteção Assim, investir na primeira infância se tornou uma decisão técnica e política fundamental e as ações definidas neste Plano Municipal Pela Primeira Infância devem ser, de fato, focadas nas crianças de 0 a 6 anos e nos contextos de suas necessidades, desejos e direitos, de suas famílias e de suas comunidades.

3.1- Princípios e Diretrizes

A Elaboração do PMPI tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância, revisado em 2020 e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), uma carta de compromisso do Brasil com suas crianças. O documento traça diretrizes gerais para o governo e a sociedade civil na defesa, promoção e garantia dos direitos das crianças de até seis anos de idade e tem como princípios a prioridade absoluta dos direitos da criança, o respeito à criança como sujeito e indivíduo, a integralidade da criança, o respeito às diversidades étnicas, culturais e geográficas, a inclusão, a integração da visão científica e humanista, a articulação dos entes federados, dos setores da administração pública e entre a sociedade civil e governos (RNPI, 2020).

Em 2016, o país avançou bastante na consolidação de um arcabouço jurídico direcionado à primeira infância, com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). Nele, fica explícita a recomendação para que os municípios elaborem o PMPI e garantam a participação das crianças no processo de construção do plano, conforme discorre o seu Artigo 4º, Inciso II, Parágrafo Único:

Art. 4º - II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento; Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.

Em termos específicos, os princípios e diretrizes apontados pelo Plano Nacional pela Primeira Infância indicam o acúmulo das experiências, reflexões e avanços nas legislações brasileiras, considerando desde a Constituição Federal até o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância, um percurso na luta pela garantia dos direitos que permeia o nosso Plano.

Princípios Norteadores

Princípios que deverão orientar as ações de proteção e promoção dos direitos da criança até 6 anos:

- A criança é sujeito, indivíduo, única, com valor em si mesma.
- Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica como traço constitutivo da sociedade e, por inclusão, da infância no Brasil.
- Integridade da criança.
- Inclusão de toda criança em todas as circunstâncias de garantia de direitos.
- Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança.
- Articulação das ações.
- Sinergia das ações.
- Prioridade absoluta dos direitos da criança.
- Prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas, serviços e às ações para as crianças socialmente mais vulneráveis.
- Deveres da família, da sociedade e do Estado.

Diretrizes Políticas

Considerando o papel do Estado como indutor da proteção e cuidado com os bebês, crianças pequenas e seus cuidadores, o plano indica ainda, como diretrizes políticas:

- Atenção à prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento, para atender o que os direitos da criança (e do adolescente) requerem.
- Articulação e complementação dos planos nacional, estaduais, distrital e municipais pela primeira infância.
- Manutenção de uma perspectiva de longo prazo.
- Elaboração dos planos em conjunto: governo e sociedade, gerando corresponsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias.
- Participação do Poder Legislativo no processo de elaboração do plano.
- Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior necessidade.
- Participação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Diretrizes Técnicas

- Integralidade do plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional.
- Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada.
- Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança.
- Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças, ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos. O lema é "cuidar de quem cuida".
- Reconhecimento de que a forma como se olha, se escuta e se atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos.
- Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante, acolhimento de suas mensagens e resposta a ela sobre a sua participação.
- Foco nos resultados. São necessárias insistência e persistência para se alcançarem os objetivos e as metas do PMPI.
- Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação do PMPI.



imagem: (SEMED)



3.2 PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES

Programa Criança Feliz

Programa Tempo de Aprender

**Creche - Professora
Maria da Paz**

Projeto Semana do Bebê

Cobertura Vacinal

Programa Criança Feliz

Programa Criança Feliz no município de São Bento do Tocantins-TO, tem como o objetivo de ofertar o serviço de orientação às ações Intersetoriais específicas, e quanto ao planejamento das Visitas Domiciliares e o Acompanhamento das Gestantes e Crianças de 0 até 6 anos de idade .

O Programa Criança Feliz foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, de caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando suas famílias e seu contexto de vida.

A primeira infância é etapa decisiva para o futuro desenvolvimento humano, ela é marcada pela aquisição de capacidades cognitivas, psicomotoras, emocionais e afetivas que são absolutamente determinantes para a plena realização das potencialidades humanas. A aquisição dessas capacidades é posta em risco pela dependência da criança de cuidados elementares e por fatores ambientais: pobreza extrema, desnutrição, estresse, violência, dentre outros fatores.

Por essa razão, vínculos familiares significativos, cuidados responsivos e um ambiente capaz de prover segurança e estímulos adequados à criança são indispensáveis para assegurar o desenvolvimento integral na primeira infância. O Programa Criança Feliz é uma iniciativa que busca apoiar as famílias para a parentalidade responsiva, fortalecendo os vínculos familiares e reforçando a articulação, no território, das redes de políticas setoriais, especialmente assistência social, saúde, educação, cultura e defesa de direitos.



Programa Tempo de Aprender

Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. Para isso, o programa realiza ações que atuam no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização. Um programa do Governo Federal onde nos municípios podem atender várias faixas etárias, inclusive o público da primeira infância.

Creche - Professora Maria da Paz

Em São Bento do Tocantins - TO, a *Creche Professora Maria da Paz* tem como principal objetivo, potencializar a capacidade intelectual, cognitiva e social das crianças de zero a três anos. É na educação infantil que os alunos em idade pré-escolar entre quatro a seis anos de idade aprendem a trabalhar a autonomia para interagir, questionar, comunicar-se, resolver problemas e refletir.



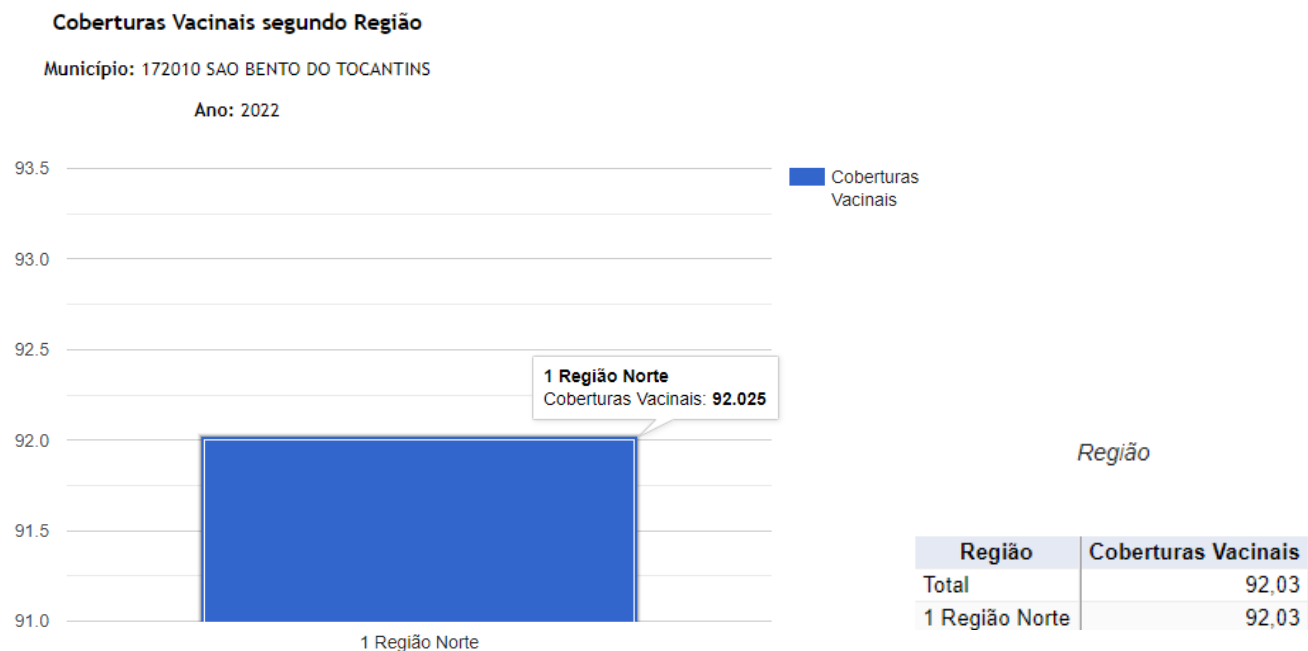
imagem: (SEMED)

Projeto Semana do Bebê

A Semana do Bebê em São Bento do Tocantins - TO, é uma das principais estratégias de mobilização social pela primeira infância mais bem-sucedidas do Brasil. Seu principal objetivo é assegurar a atenção adequada a crianças de até 6 anos de idade, tornando o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento infantil uma prioridade na agenda dos municípios brasileiros. A cada edição, ocorrem discussões intersetoriais sobre temas como mortalidade infantil, aleitamento materno, nutrição, parentalidade, gravidez na adolescência, educação infantil de qualidade, formação de vínculo e estimulação do bebê, por meio de diversas atividades como palestras, oficinas, atividades lúdicas e culturais. A ideia é que todos participem: governo, ONGs, setor privado, escolas e, claro, as próprias famílias, são mobilizados para oferecer mais qualidade de vida às crianças durante a primeira infância.

Cobertura Vacinal

Tem como objetivo identificar estimativas populacionais que forneçam coberturas vacinais (CV) mais acuradas em menores de um ano de idade



fonte: (datasus)

3.3- Atividades Trabalhadas com as crianças para o PMPI

No processo de desenvolvimento do PMPI de São Bento do Tocantins - TO, ao pensar na cidade a partir da perspectiva das crianças é parte fundamental da construção. Elas participaram do processo em ações desenvolvidas no cotidiano, onde foi analisado uma escuta realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. A proposta era ouvir e observar o que cada criança ver quando se pensa em âmbito municipal. A ação contou com atividades de desenhos, e demonstrativos das atividades turísticas da cidade, especificamente na semana da água. As crianças desenharam, a cidade e a vivências com suas famílias e amigos. Também responderam a perguntas sobre o que achavam do município. Entre os principais desejos e observações sobre a cidade, apareceram várias ideias sobre uma formais mais "divertida" seguindo o olhar dessas crianças.



imagem: (SEMED)

EIXOS ESTRATÉGICOS

4 - EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1 - Assistência Social e a Criança

4.2 - Cidade, Meio Ambiente e a Criança

4.3 - Cultura, Esporte, Lazer e a Criança

4.4 - Educação Infantil e a Criança

4.5 - Saúde e a Criança

4.1- Eixo 1

Assistência Social e a Criança

Introdução

A Política de Assistência Social se organiza de forma descentralizada, voltada para um modelo de gestão participativa, sendo de competência dos três níveis de governo a sua organização, execução e financiamento.

O SUAS organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social. A primeira, denominada de Proteção Social Básica, atua com natureza de prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a famílias e/ ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos familiares, ou de pertencimento social.

A segunda, identificada de Proteção Social Especial, atua com natureza protetiva, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, uso de drogas, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, rompimento ou fragilização de vínculos, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida protetiva de acolhimento e/ou socioeducativa e também pelo descumprimento de medidas socioeducativas.

Em São Bento do Tocantins - TO, a Política de Assistência Social, foi criada pela Lei Municipal nº 050/1996 em 30 de Janeiro de 1996, considerado o marco legal da implantação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. podendo assim focar suas atividades nos serviços, programas, projetos e benefícios, direcionados aos grupos prioritários de famílias e indivíduos, conforme suas necessidades e território em que vivem.

Assistência Social

A Assistência Social é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, sendo desenvolvido ações, programas, projetos e serviços pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Sendo município de pequeno porte, nível de habilitação Básica.

Piso Básico Fixo - CRAS/PAIF - Referência: dezembro de 2019	
Quantidade de CRAS cofinanciados	1
Capacidade de atendimento de referência (famílias ano/NOB-SUAS)	500
Famílias referenciadas (ano/NOB-SUAS)	2.500
Valor de referência do mês	R\$ 6.000,00
Previsão de repasse anual	R\$ 72.000,00
Situação atual de pagamento	LIBERADO
Capacidade de atendimento real (famílias ano/NOB-SUAS)	500
Valor real do mês	R\$ 6.000,00

Tabela: (PMAS)

No município, o Serviço de PAIF- Proteção e Atendimento Integral à Família integra o nível de proteção social básica do suas e é ofertado nos CRAS - centro de referência da assistência social. Nos serviços destacados que o atendimento é direcionado aos seguintes públicos-alvo: Crianças (primeira infância), Adolescentes, Idosos, BPC e acamados.

Piso Básico Variável - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Capacidade de atendimento de referência	180
Meta de inclusão do público prioritário	90
Valor de referência do trimestre	R\$ 27.000,00
Valor de referência do ano	R\$ 108.000,00
Usuários registrados no SISC	134 - Apurado em 20/09/2019
Usuários registrados no SISC em situações prioritárias	131 - Apurado em 20/09/2019
Situação atual de pagamento (trimestre Outubro a Dezembro de 2019)	Motivo: LIBERADO
Valor real de repasse (trimestre Outubro a Dezembro de 2019)	R\$ 23.550,00

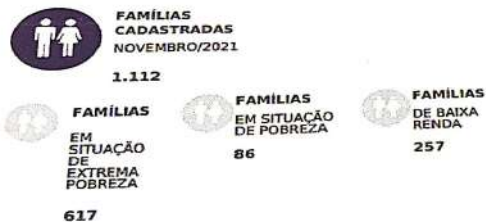
Tabela: (PMAS)

Proteção Social Básica

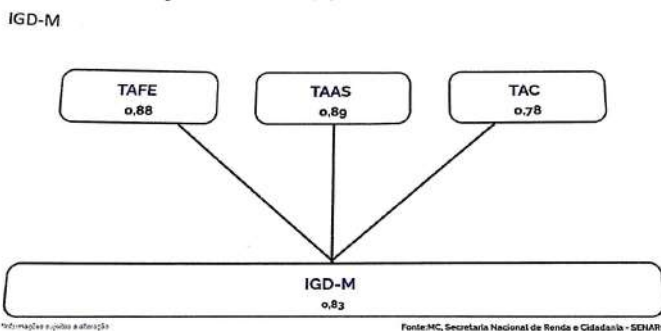
INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS



CADASTRO ÚNICO



Saúde X Educação X Assistência



BOLSA FAMÍLIA

Os benefícios do Programa Bolsa Família foram pagos até 10/2021.

Para informações sobre transferência de renda após essa data, consultar os dados do [Programa Auxílio Brasil](#)

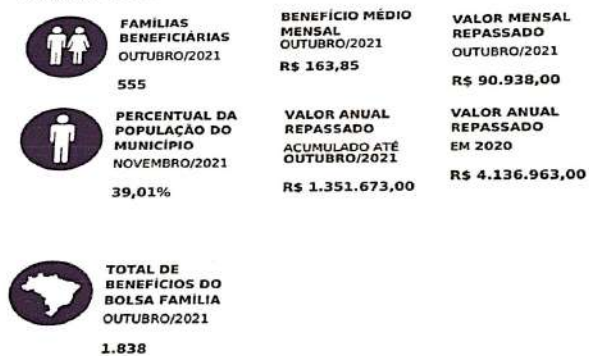


Tabela: (PMAS)

A assistência Social a Crianças e suas Famílias em São Bento do Tocantins - TO, se dá por meio de seus equipamentos públicos, através de serviços, programas e projetos desenvolvidos pelos CRAS, , CadÚnico, SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre outros. A referida Política Pública objetiva a proteção à família, à maternidade e à infância; o amparo a crianças carentes; à promoção da integração das crianças com deficiência à vida comunitária, entre outras.

Estratégia

Garantir Proteção Social Básica às Famílias com Gestantes e Crianças de até 6 anos de idade, assistindo-as em sua integralidade e assegurando seus Direitos. (Documentação, Saúde, Habitação, Alimentação, Vínculo social/Familiar, Educação, Brincar).

Assegurar Proteção Social Especial às Gestantes e Crianças de até 6 anos de idade expostas ao risco e a violação de Direitos.

Ponto a ser Focado	Violência contra crianças na primeira infância
Problemática	Subnotificação de casos de violência contra a criança de 0 a 6 anos
Diagnóstico	Baixo percentual de notificação
Objetivo	Ampliar em 60% as notificações

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Realização de campanhas de prevenção e enfrentamento a violências contra crianças de até 6 anos Mapeamento do quantitativo de casos de violência contra crianças de até 6 anos nos territórios Levantamento dos territórios com alto índice de situações de violência (física, psicológica, omissiva ou negligência e sexual) contra crianças de até 6 anos.	10 Campanhas específicas e sistemáticas sobre a prevenção e enfrentamento a violência contra primeira infância, realizadas Todos os territórios com maior índice de violência (física, psicológica, omissiva ou negligência e sexual) contra crianças de até 6 anos identificados	Aumento em 06% ao ano da notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes.	Notificação dos casos de violência contra crianças na primeira infância elevada em 60%.	12% até 2024 + 24% até 2028 + 24% até 2032

Ponto a ser Focado	Intersectorialidade
Problemática	Insuficiência na Intersectorialidade no Sistema de Garantia de Direitos
Diagnóstico	Insuficiência de ações integradas com outras Políticas Públicas
Objetivo	Consolidar a intersectorialidade nas ações direcionadas a primeira infância

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Articulação das secretarias e das ações estratégicas intersectoriais voltadas à primeira infância e consolidação no plano Intersectorial Mobilização de 100% da Rede de Atendimento a crianças, com ênfase na primeira infância	01 Plano de Ação Intersectorialidade elaborado	60% da Rede de Atendimento envolvida e executando as ações intersectoriais contidas no Plano Intersectorial	NIntersectorialidade consolidada em 60% das ações intersectoriais direcionadas a primeira	10% em 2024 + 20% em 2028 + 30% em 2032

Ponto a ser Focado	Proteção em situação de risco e vulnerabilidade.
Problemática	IExtrema subnotificação do trabalho infantil
Diagnóstico	Baixo percentual de subnotificação do trabalho infantil
Objetivo	Implementar as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Pesquisa e Implementação do AEPETI (Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e repassar informativos sobre o tema.	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil implementadas e com ênfase na primeira infância.	Prevenir e Eliminar 100% da notificação dos casos de trabalho infantil na primeira infância e de sua erradicação.	NIntersectorialidade consolidada em 60% das ações intersectoriais direcionadas a primeira .	10% até 2023 + 20% até 2028 +40% até 2032

Complemento de Estratégia

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.



4.2- Eixo 2

Cidade, Meio Ambiente e a Criança

Introdução

Segundo o IBGE, São Bento do Tocantins - TO, Apresenta 4.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 44.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 107 de 139, 121 de 139 e 51 de 139, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4917 de 5570, 4349 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

Quando se fala da questão social, Em geral, os espaços naturalizados como lugares da infância são a casa e a escola, no âmbito privado; e parques, praças e brinquedotecas, no público. Mais do que locais externos, no entanto, os espaços públicos são aqueles que comportam a organização física, política e cultural da sociedade, sendo a cidade o local primeiro da experiência da cidadania (Rede Nacional Primeira Infância, 2017). é o trabalho prestado nas escolas, no centro de referência de Assistência Social, unidades de saúde e demais órgãos municipais.

Com isso, desejamos poder sistematizar toda a experiência, os avanços, dificuldades e desafios presentes nesse percurso de implementação do PMPI no município e ter um diagnóstico da situação da primeira infância na área da cidade e meio ambiente, que poderá servir como base estruturada para desenvolvermos um novo plano para outros 10 anos, colhendo os frutos dessa primeira caminhada.

Estratégia

Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

Ponto a ser Focado	Inclusão Ambiental
Problemática	Ausência de espaços ambientais adaptados para primeira infância
Diagnóstico	A inexistência dos mesmos
Objetivo	construção de ambientes adequados

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Implementação ou construção de um local adequado e adaptado para a acessibilidade do público da primeira infância.	01 Plano de Ação Intersetorialidade elaborado	60% da Rede de Atendimento envolvida e executando as ações intersetoriais contidas no Plano Intersetorial	Intersetorialidade consolidada em 60% das ações intersetoriais direcionadas a primeira	10% em 2024 + 20% em 2028 + 30% em 2032

Ponto a ser Focado	Educação Ambiental
Problemática	Ausência de profissionais especializados para atender a primeira infância
Diagnóstico	Poucas crianças atendidas devido ao quadro reduzido de funcionários
Objetivo	Ampliar e qualificar o quadro funcional para atuar na primeira infância

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Realização de formação sobre a primeira infância	formação anual sobre a primeira infância realizada	Quadro funcional ampliado e qualificado para atender a primeira infância	contratar uma assessoria ou realizar uma formação até 2023	período a ser verificado



Recorte - Centro

mapa: Planejamento Turístico de São Bento do Tocantins

Complemento de Estratégia

Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância, com locais adequados e ações voltadas a essas questões.



4.3- Eixo 3

Cultura, Esporte, Lazer e a Criança

Introdução

Em São Bento do Tocantins - TO, a Cultura, o Esporte e o Lazer são exemplos de áreas em que a sistematização das ações voltadas à primeira infância ainda não permite gerar dados e informações estatísticas para estudos e diagnósticos aprofundados. A cidade, assim como a maioria das cidades brasileiras, ainda lida com dificuldades de orçamento para garantir a estruturação de políticas públicas voltadas à cultura e ao esporte e ao lazer enquanto direitos, e mais ainda para a primeira infância.

A Secretaria Municipal de Esporte e Juventude - SEJU, atualmente tem um projeto voltado para adolescentes, de 06 a 17 anos, que infelizmente ainda não atende a faixa etária da primeira infância.

No processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, a área vem se organizando no sentido de estruturar ações para a primeira infância, ampliando sua atuação e ambientando esta faixa etária dentro da Diretoria de Esporte e Lazer.

A escuta das crianças para a estruturação de uma política de cultura, esporte e lazer que esteja também direcionada à primeira infância pode inspirar e contribuir efetivamente para uma mudança significativa na área. Associa-se a isso a necessidade de estudos aprofundados sobre o esporte e lazer e a primeira infância, principalmente pelos profissionais da área, além da contratação de quadros para atuar junto a esse grupo.

Estratégia

Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

Ponto a ser Focado	Cultura, Esporte e Lazer
Problemática	Insuficientes e inexistentes espaços para trabalhar com atividades lúdicas esportivas e culturais com foco na primeira infância
Diagnóstico	Baixo número de espaços com atuação de atividades para primeira infância
Objetivo	Readaptar espaços para trabalhar com atividades lúdico esportivas e culturais com foco na primeira infância

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Adaptação dos espaços sob a administração da Secretaria SEJU e SEMED, para que possam receber atividades lúdico esportivas e culturais com foco na primeira infância	Espaços readaptados para desenvolver atividades culturais, esportivas para primeira infância	50% dos espaços readaptados para atender a primeira infância	NI ntersectorialidade consolidada em 60% das ações intersetoriais direcionadas a primeira	02 espaços até 2032

Complemento de Estratégia

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.



4.4- Eixo 4

Educação Infantil e a Criança

Introdução

Em São Bento do Tocantins, com o compromisso estabelecido no Plano Nacional de Educação - PNE: universalizar, até 2016, na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% até 2024, Além, desses compromissos, estruturar mecanismos para minimizar os impactos da pandemia e suas novas demandas garantindo a oferta de matrícula das crianças de 4 a 5 anos assegurando o controle de frequência em parceria com a Assistência Social, Conselho Tutelar e demais instituições, bem como o atendimento a 100% das crianças.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, a partir da Constituição de 1988, passa a ser dever do Estado proporcionar o atendimento das crianças de zero a seis anos. Com a emenda constitucional 59/2009, o ensino se torna obrigatório a partir dos quatro anos e, com isso, o atendimento universal passa a ser para as crianças a partir desta idade. Também é dever do poder público o atendimento das crianças de zero a três anos, ainda que não na totalidade.



2016. Censo Escolar

[Alunos Transportados](#)

[Infraestrutura Básica](#)

Ano base:

2020 ▾ 2016

Escolas ativas 7
Estudantes 765
Funcionários das escolas 103
Docentes 0
Turmas 58

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Infantil - Creche	0	0	0	0
Educação Infantil - Pré-escola	178	0	0	14
Ensino Fundamental - Anos iniciais	369	0	0	30
Ensino Fundamental - Anos finais	86	0	0	11
Educação Jovens Adultos - Ensino Fundamental	10	0	0	3

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Jovens Adultos - Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0
AEE/Atividade complementar	0	0	0	0

Censo Escolar

[Alunos Transportados](#)

[Infraestrutura Básica](#)

Ano base:

2020 ▾ 2017

Escolas ativas 7
Estudantes 769
Funcionários das escolas 107
Docentes 0
Turmas 63

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Infantil - Creche	0	0	0	0
Educação Infantil - Pré-escola	182	0	0	17
Ensino Fundamental - Anos iniciais	379	0	0	28
Ensino Fundamental - Anos finais	141	0	0	14
Educação Jovens Adultos - Ensino Fundamental	7	0	0	1

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Jovens Adultos - Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0
AEE/Atividade complementar	60	0	0	3

Fonte: Inep (Censo Escolar)

Censo Escolar

[Alunos Transportados](#)

[Infraestrutura Básica](#)

▲

2020 2018

Escolas ativas 7
 Estudantes 843
 Funcionários das escolas 107
 Docentes 79
 Turmas 64

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Infantil - Creche	0	0	0	0
Educação Infantil - Pré-escola	145	0	11	11
Ensino Fundamental - Anos iniciais	467	0	32	32
Ensino Fundamental - Anos finais	115	0	27	12
Educação Jovens Adultos - Ensino Fundamental	0	0	0	0

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Jovens Adultos - Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0
AEE/Atividade complementar	116	0	9	9

[Fonte: Inep \(Censo Escolar\)](#)

Censo Escolar

[Alunos Transportados](#)
[Infraestrutura Básica](#)

2020 2019

Escolas ativas 7
 Estudantes 706
 Funcionários das escolas 42
 Docentes 80
 Turmas 61

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Infantil - Creche	33	0	3	2
Educação Infantil - Pré-escola	136	0	15	15
Ensino Fundamental - Anos iniciais	416	0	34	31
Ensino Fundamental - Anos finais	121	0	28	13
Educação Jovens Adultos - Ensino Fundamental	0	0	0	0
Educação Jovens Adultos - Ensino Médio	0	0	0	0

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Ensino Médio	0	0	0	0
AEE/Atividade complementar	0	0	0	0

[Fonte: Inep \(Censo Escolar\)](#)

Censo Escolar

[Alunos Transportados](#)
[Infraestrutura Básica](#)

2020 2020

Escolas ativas 7
 Estudantes 712
 Funcionários das escolas 44
 Docentes 83
 Turmas 62

Etapa	Matrículas	Matrículas da Educação Especial	Docentes	Turmas
Educação Infantil - Creche	21	0	2	1
Educação Infantil - Pré-escola	172	0	18	17
Ensino Fundamental - Anos iniciais	419	0	37	32
Ensino Fundamental - Anos finais	100	0	26	12
Educação Jovens Adultos - Ensino Fundamental	0	0	0	0
Educação Jovens Adultos - Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0
AEE/Atividade complementar	0	0	0	0

[Fonte: Inep \(Censo Escolar\)](#)

Estratégia

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.

Ponto a ser Focado	Matrículas na educação infantil
Problemática	Baixo índice de crianças na creche e número de vagas (30%)
Diagnóstico	70% de crianças de 0 a 3 anos sem acesso a creche e 5% sem acesso a pré-escola
Objetivo	Ampliar para 60% o percentual de atendimento em creche até 2032

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Ampliação do Centros Municipais de Educação Infantil	Espaços readaptados para desenvolver atividades	Capacidade de atendimento às crianças com idade de pré-escola ampliada em 5% no município Capacidade de atendimento às crianças com idade de creche ampliada em 30% no município	60% das crianças de 0 a 3 anos atendidas em creche no município até 2032 100% das crianças em idade de pré-escola atendidas no município até 2026	adequação até 2032

Ponto a ser Focado	Acessibilidade
Problemática	Deficiente acessibilidade no percurso até as creches
Diagnóstico	Insuficiente acessibilidade no trajeto e em parte dos equipamentos de creche e pré-escola
Objetivo	Garantir acessibilidade em 80% do percurso até as Creches

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Construção de vias acessíveis com as devidas sinalizações para a Primeira Infância, seus cuidadores e Pessoas com Deficiência- - PCD	60% das calçadas ampliadas e adequadas a medida padrão de 1,20 cm e 1,50 cm, conforme sua localização 60% das vias sinalizadas, considerando a primeira infância	Acessibilidade às creches e CMEIS garantida em 80% do percurso, até 2032	80% das crianças da educação infantil municipal com acessibilidade garantida até 2032	adequação até 2032

Complemento de Estratégia

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.



4.5- Eixo 5 Saúde e a Criança

Introdução

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) reafirma os preceitos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nesta Lei definidos no Capítulo I, art. 7º do Direito à Vida e à Saúde, que afirma que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Em relação ao segmento de 0 a 6 anos, há prioridades urgentes e mantê-las vivas e com saúde é a primeira delas.

Em São Bento do Tocantins - TO, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de - para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 139 e 107 de 139, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 4284 de 5570, respectivamente.

É fundamental assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (pós-parto) e, às crianças, o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Aleitamento materno importante componente no processo de desenvolvimento do bebê nos seus primeiros 180 dias de vida (6 meses), o aleitamento materno se apresenta como direito fundamental das crianças.

Os índices de aleitamento materno estão aumentando no Brasil, de acordo com resultados preliminares do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) do Ministério da Saúde. Foram avaliadas 14.505 crianças menores de cinco anos, entre fevereiro de 2019 e março de 2020. Mais da metade das crianças brasileiras (53%) continua sendo amamentada no primeiro ano de vida (Ministério da Saúde, 2020).

Coberturas Vacinais entre 9 vacinas para Crianças < 1 e 1 ano de idade.

Período Janeiro a Dezembro de 2022

Vacinas	Doses Aplicadas	Cobertura %
BCG	25.921	109,24
Rotavirus	19.665	82,88
Meningocócica C	20.576	86,72
Pentavalente	19.904	83,88
Pneumocócica	21.494	90,58
VIP	19.983	84,22
Febre Amarela	16.346	68,89
Tríplice Viral	19.527	82,30
Hepatite A	19.161	80,75

Fonte: sipni.datasus.gov.br
 Palmas, 16/01/2023
 Dados Parciais*

Projeto Semana do Bebe - Gestando vidas

Promover a saúde do bebe e da gestante através de palestras, oficinas e roas de conversas, abordando temas voltados ao pré-natal, direitos da criança, imunização e aleitamento materno exclusivo, afim de propiciar um cuidado integral para a saúde das crianças. Realizado nas UBS's juntamente com as equipes da estratégia de Saúde da família e equipe Multiprofissional NASF.

Público: Gestantes de todos os estágios de gestação, Puérperas e lactentes de até meses



imagem: (SEMS)
 post para divulgação do projeto

Estratégia

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.

Ponto a ser Focado	Violência contra crianças
Problemática	Dificuldade dos profissionais de saúde em identificar e/ou notificar os casos
Diagnóstico	Ausência de notificações de violência, abuso e exploração no âmbito da saúde
Objetivo	Aperfeiçoar o sistema de registro e notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, na Saúde Básica, com ênfase na primeira infância

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Realização de formação continuada no tema da violência contra crianças, fluxo de atendimento e sistema de registros e notificação dos casos, com ênfase na primeira infância	100% dos profissionais da Atenção Básica formados e aptos a registrar e notificar os casos de violência 100% dos casos registrados, sistematizados no banco de dados	100% dos profissionais da atenção básica registrando e notificando os casos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na primeira infância Banco de dados alimentado com os registros dos casos	Sistema de registro e notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na primeira infância, aperfeiçoado até 2024 e 100% alimentado pelos profissionais da Atenção Básica	Realizar Trilhas Formativas a cada ano A cada ano divulgar relatório periódico dos casos de violência contra crianças e adolescentes com ênfase na primeira infância

Ponto a ser Focado	Subregistro da cobertura vacinal na primeira infância
Problemática	Baixo registro vacinal (51,34%, registros de vacinas avaliadas: pneumocócica 10, pentavalente, vip, tríplice)
Diagnóstico	Aumento do registro vacinal
Objetivo	Aumentar o registro correto das doses de vacina aplicadas na primeira infância

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Realização de capacitação para o registro correto das doses administradas nas reuniões gerais Sensibilização do profissional responsável sobre o registro imediato do sistema	Aumento do percentual de crianças vacinadas conforme a verificação na base de dados Registro efetivo das doses aplicadas diariamente	Aumento do percentual de crianças vacinadas conforme verificação no banco de dados	Aumentar o percentual em 10% até 2025 Aumentar o percentual em + 15% até 2029 Aumentar o percentual em + 10% até 2032	Até 2032, realizar semestralment e capacitações e oficinas sobre registros vacinais na base de dados

Ponto a ser Focado	Vacinação na primeira infância
Problemática	Resistência na procura das vacinas da primeira infância devido ao crescimento dos movimentos antivacina
Diagnóstico	o Baixa procura vacinal
Objetivo	Aumentar para 80% o percentual de crianças vacinadas

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Implantação de horários alternativos de vacinação Realização de campanha de vacinação na comunidade escolar Realização de campanha de educação em saúde, com foco na importância da vacinação e de sua desmistificação	Horários alternativos de vacinação implantados no município 2 Campanhas anuais de vacinação nas escolas realizadas 2 campanhas anuais realizadas no município	Aumento em 40% do percentual de crianças com a caderneta vacinal completa Ampliação da procura por vacinação em 40%	Percentual de vacinação ampliada em 35% até 2032	Aumentar o percentual em 10% até 2025 Aumentar o percentual em + 15% até 2029 Aumentar o percentual em + 10% até 2032

Ponto a ser Focado	Gravidez na adolescência
Problemática	Elevado índice de gravidez na adolescência
Diagnóstico	Percentual de 22,16% de nascidos vivos de mães adolescentes
Objetivo	Reduzir em 50% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

Ações	Metas	Indicador de resultados	indicador de impacto	Prazo
Implementação de ações estratégicas como a busca ativa, planejamento reprodutivo, aconselhamento, inserção do DIU Realização de campanha de prevenção à gravidez na adolescência junto à comunidade escolar Realização de campanhas de educação em saúde, com foco na prevenção à gravidez na adolescência para além da de fevereiro	100% das Unidades Básicas de Saúde implantando as ações estratégicas 2 Campanhas anuais de prevenção a gravidez na adolescência junto à comunidade escolar realizadas 2 campanhas anuais realizadas no município	Aumento em 50% do percentual de adolescentes atingidas com as ações estratégicas nas UBS's 80 % da comunidade escolar atingida com as campanhas anualmente 50% da população de Benevides atingidas com a campanha	Percentual de nascidos vivos de mães adolescentes reduzido em 11,08% até 2032	Reduzir o percentual em 4% até 2025 Reduzir o percentual em + 4% até 2029 Reduzir o percentual em + 3,08% até 2032

Complemento de Estratégia

Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância.





5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

5 - Monitoramento e avaliação

Referências Bibliográficas

5 - Monitoramento e avaliação

No presente esforço para entregar a sociedade são-bentense mais esse importante instrumento de garantia da atenção a primeira infância no município, se faz necessário a definição de procedimentos para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a instituição de uma Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação do mesmo e do acompanhamento dos indicadores de gestão das metas e ações prioritárias, sob pena de perda de efetividade das políticas públicas relacionadas a ele.

A exemplo do que recomenda o Plano Nacional pela Primeira Infância, o Plano Municipal pela Primeira Infância em São Bento do Tocantins - TO, recomenda que a avaliação tenha em vista duas funções, que se tornam pertinentes também na avaliação do referido plano municipal:

1. Uma função prática imediata: fornecer dados para a correção, ajustes e tomada de decisões ao longo do processo. Ela colhe dados de processo em vista dos objetivos e metas finais. Para esta função, ela funciona articuladamente com Acompanhamento e Controle.

2. Uma função de envergadura maior: a retenção de conhecimentos e experiências acerca das boas práticas, políticas e ações exitosas e atualizações de procedimentos a serviço da causa da primeira infância. Ao final deste Plano, em 2032, o Município de São Bento do Tocantins - TO deverá ter um conjunto de conhecimentos construído por todos os participantes do Plano que servem de referência para a elaboração de um novo Plano.

Alertamos, entretanto, para a importância de revisões dos processos de articulação, gestão e acompanhamento das ações, metas e indicadores de resultados relacionadas as políticas desse PMPI, sejam feitas a cada dois anos, possibilitando a correção e ajustes que se percebam necessários pela garantia de maior efetividade dessas políticas públicas, bem como a atualização da rede de parceiros engajados na causa da primeira infância.

A regularidade dessas revisões evidenciam o comprometimento com as práticas que promovam os direitos de crianças e adolescentes, evidencia ainda a importância que o gestor dedica à primeira infância e, conseqüentemente, à sociedade que está em formação.

Referências Bibliográficas

- *BRASIL. Rede Nacional Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, 2010*
- *BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. p. 104.*
- *BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.*
- *ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/sao-bento-do-tocantins*
- *idades.ibge.gov.br/brasil/to/sao-bento-do-tocantinspanorama*
- *Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)*
- *Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia São Paulo*
- *unicef.org/brazil/semana-do-bebe*
- *tabnet.datasus.gov.br*
- *mec.gov.br/tempo-de-aprender*
- *jusbrasil*
- *Planejamento Turístico de São Bento do Tocantins*
- *Plano Programa Criança Feliz São Bento do Tocantins*
- *PMAS São Bento do Tocantins*
- *portal da transparencia São bento do Tocantins*
- *Ministério da Cidadania*
- *Políticas públicas e participação infantil. Educação, Sociedade & Culturas, Porto, 17 (25), pp. 183-206*
- *RNPI, Rede Nacional Primeira Infância. ANDI Comunicação e Direitos. Plano Nacional pela Primeira Infância - 2ª Edição (revisada e atualizada). Brasília/DF, 2020*



GOVERNO MUNICIPAL DE
SÃO BENTO
DO TOCANTINS
Mais Trabalho, Novas Conquistas.
— GESTÃO: 2021/2024 —